RELATORIO DE ATIVIDADES

# NUPEMEC 2020

10 anos da Resolução CNJ nº 125/10

# Composição do Nupemec

## 2020-2021

Desembargador Geraldo Francisco Pinheiro Franco (Presidente)
Desembargador Luis Soares de Mello (Vice-Presidente)
Desembargador Ricardo Mair Anafe (Corregedor Geral da Justiça)
Desembargador Guilherme Gonçalves Strenger (Presidente da Seção de Direito Criminal)
Desembargador Paulo Magalhães da Costa Coelho (Presidente da Seção de Direito Público)
Desembargador Dimas Rubens Fonseca (Presidente da Seção de Direito Privado)
Desembargador José Carlos Ferreira Alves (Coordenador do Nupemec)

Desembargadora Maria Cristina Zucchi
Desembargador José Roberto Coutinho de Arruda
Desembargador Tasso Duarte de Melo
Desembargador Álvaro Augusto dos Passos
Desembargador Carlos Alberto de Salles
Desembargadora Ana Catarina Strauch
Desembargador Carlos Alberto Mousinho dos Santos Monteiro Violante (aposentado)

Juiz Alberto Gentil de Almeida Pedroso
Juíza Cláudia Thome Toni
Juíza Fernanda Christina Calazans Lobo e Campos
Juíza Mônica Tucunduva Spera Manfio
Juíza Valeria Ferioli Lagrasta
Juiz Ricardo Pereira Junior
Diretora Maria Cristina Coluna Fraguas Leal
Supervisora Rosemary Andrade Ungaretti de Godoy
Diretora Vanessa Cristina Martiniano

# Palavra do Coordenador

A situação verdadeiramente angustiante vivida atualmente, em tempos de pandemia, não poderia, de forma nenhuma, mostrar-se uma barreira intransponível para que as sessões de conciliação e mediação preconizadas pelas normas de regência continuassem acontecendo.

Era necessário encontrarmos uma forma de continuar levando avante esses meios tão eficientes de solução de conflitos, trazendo alento às pessoas que, de par com os dramas vividos em função do isolamento social proposto e exigido pelas autoridades sanitárias, viviam problemas pessoais que poderiam se acentuar caso não houvesse uma forma de enfrentá-los com urgência, "driblando" as enormes dificuldades que se apresentavam.

Foi assim que, "pegando uma carona" no contido no § 3º do artigo 236 do Código de Processo Civil, e contando com a sensibilidade, boa vontade e compreensão da alta cúpula do nosso Tribunal de Justiça, o Nupemec elaborou o Ato Normativo nº 1/2020, que permitiu a continuidade dos trabalhos desenvolvidos pelos nossos valorosos e dedicados conciliadores e mediadores, agora de forma virtual.

O expressivo número de sessões levadas a efeito por esses facilitadores não deixa dúvidas de que o objetivo pretendido foi alcançado, sendo de grande relevância, para esse fim, o carinho e o denodo com que se empenharam todos os envolvidos, sem o que, com certeza, nada teria acontecido.

A todos eles, portanto, sejam funcionários, conciliadores, mediadores ou, até mesmo, membros da alta cúpula do nosso Tribunal, os nossos mais sinceros agradecimentos, certos de que foi esse trabalho conjunto o grande responsável pelo sucesso alcançado.

Que Deus proteja-nos e que logo possamos estar juntos.

# Sumário

Atendimento telepresencial....5
Grupo dos gestores de Cejuscs e Juízes coordenadores....5
Resultados....7
Cejusc 2º Grau....7
Cejuscs em 1º Grau....7
Cejuscs e postos instalados em 2020....9
Programa Empresa Amiga da Justiça....10
Programa Município Amigo da Justiça....11
Convênio Imesc....12
Oficinas de Divórcio e Parentalidade....12
Cejuscs que formalizaram o convênio....12
Conciliadores e Mediadores....13
Conciliadores e Mediadores em atividade....13
Avaliação dos Conciliadores e Mediadores....13
Capacitação....13
ConciliaJud....14
Câmaras Privadas....14
Instituições Formadoras....14
EVENTOS....15
X Fonamec....15
XV Semana Nacional da Conciliação....15
II Focomesp....16
Gestão (2021-2022)....16
Coordenadorias Regionais (2021-2022)....16
Planejamento estratégico 2015-2020....17
Planejamento estratégico 2021- 2026....17
Manuais....18

# Atendimento telepresencial

Em virtude da pandemia da Covid-19, a partir do mês de março ocorreu a suspensão das atividades presenciais nos Cejuscs. O Nupemec elaborou o Ato Normativo n. 1/2020, publicado em 2/7/2020, conforme conteúdo descrito nas páginas anexas, visando à parametrização das sessões de conciliação/mediação a serem realizadas virtualmente pelos Cejuscs.

Foram elaborados pelo Nupemec também os manuais de utilização do aplicativo *Microsoft Teams* (aplicativo padrão definido pelo TJSP para as audiências virtuais), sendo uma versão destinada ao público interno (gestores, servidores e colaboradores) e outra para o público externo (partes e advogados).

| TOTAL (PRÉ-PROCESSUAL + PROCESSUAL) | CÍVEL | FAMÍLIA | TOTAL |
|---|---|---|---|
| AUDIÊNCIAS DESIGNADAS | 34.392 | 31.506 | 65.898 |
| AUDIÊNCIAS REALIZADAS | 16.861 | 15.426 | 32.287 |
| CONCILIAÇÕES/MEDIAÇÕES OBTIDAS | 6.560 | 11.139 | 17.699 |
| **PERCENTUAL DE SUCESSO** | **39%** | **72%** | **55%** |

*Fonte: Seção de Controle do Movimento Judiciário*

As sessões virtuais propiciam celeridade e diminuem as distâncias entre os envolvidos, possibilitando que possam ser realizados acordos mesmo com partes em outros países, como ocorreu em alguns Cejuscs.

A quantidade de sessões virtuais realizadas pelos Cejuscs em 2020 é descrita na tabela ao lado.

## Grupo dos gestores de Cejuscs e Juízes coordenadores

O Nupemec criou grupos de trabalho no *Microsoft Teams*, um reunindo os gestores dos Cejuscs e outro os Juízes Coordenadores, o que agilizou e uniformizou a comunicação com as unidades.

**Estatísticas dos grupos no *Microsoft Teams***
Somente nos últimos 90 dias de 2020:
**Participantes: 493 servidores e juízes**
**Interações: 862**
**Reações: 325**
**Arquivos: 2.63GB compartilhados**

# 10º aniversário da Resolução CNJ nº 125/2010

Kazuo Watanabe (Desembargador aposentado do Tribunal Justiça de São Paulo)

A **Resolução CNJ n. 125/2010**, que **instituiu uma política judiciária nacional**, transformou profundamente a nossa Justiça, aperfeiçoando um movimento de acesso à justiça que teve início na década de 1980, com a criação dos Juizados Especiais de Pequenas Causas e das ações coletivas, e se consolidou com a Constituição Federal de 1.988, que institucionalizou várias conquistas na área de distribuição da justiça e definiu um papel mais ativo do Poder Judiciário para, juntamente com outros Poderes, atuar na consecução dos vários objetivos fundamentais de nossa República Federativa, dentre os quais está a **construção de uma sociedade livre, justa e solidária**.

Dentre os vários pilares da Resolução 125, o principal está no **tratamento adequado dos conflitos de interesses** para o oferecimento aos jurisdicionais de todos os **meios adequados de solução, em especial dos consensuais, como a conciliação, a mediação e a negociação**, além de propiciar o pleno conhecimento dos direitos por meio de informação e orientação. Para o atingimento desses objetivos básicos, foi adotada a estratégia da centralização desses serviços, determinando a organização dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs) e ordenando que todos os serviços a serem oferecidos tivessem excelente qualidade, com a capacitação adequada de seus prestadores e monitoramento permanente por meio da criação e análise constante de um banco de dados.

Foi determinada também a criação, em cada tribunal local, dos Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemecs), que são órgãos de inteligência para a correta implementação dessa política judiciária, com a consideração das peculiaridades e necessidades locais. No Estado de São Paulo, por exemplo, entre outras providências, o Nupemec criou o exitoso Programa ***"Empresa Amiga da Justiça"*** com o objetivo de estimular a prevenção dos conflitos e sua precoce solução, evitando-se a judicialização excessiva e desnecessária.

Certamente há muita coisa a ser completada e aperfeiçoada, como a criação de Cejusc em todas as unidades judiciárias, aperfeiçoamento da qualificação e treinamento dos conciliadores e mediadores, mas podemos dizer, com toda a certeza, que **a política judiciária implementada pela Resolução 125 é definitiva e exitosa**, tanto que ela foi acolhida pelo novo Código de Processo Civil e pela Lei de Mediação.

Precisamos, porém, estar alertas para que ela não seja vítima do próprio sucesso, como tem ocorrido com alguns bons projetos.

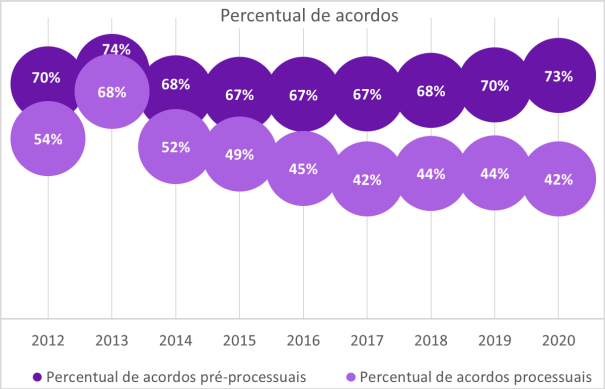
# Resultados

## Cejuscs em 1º Grau

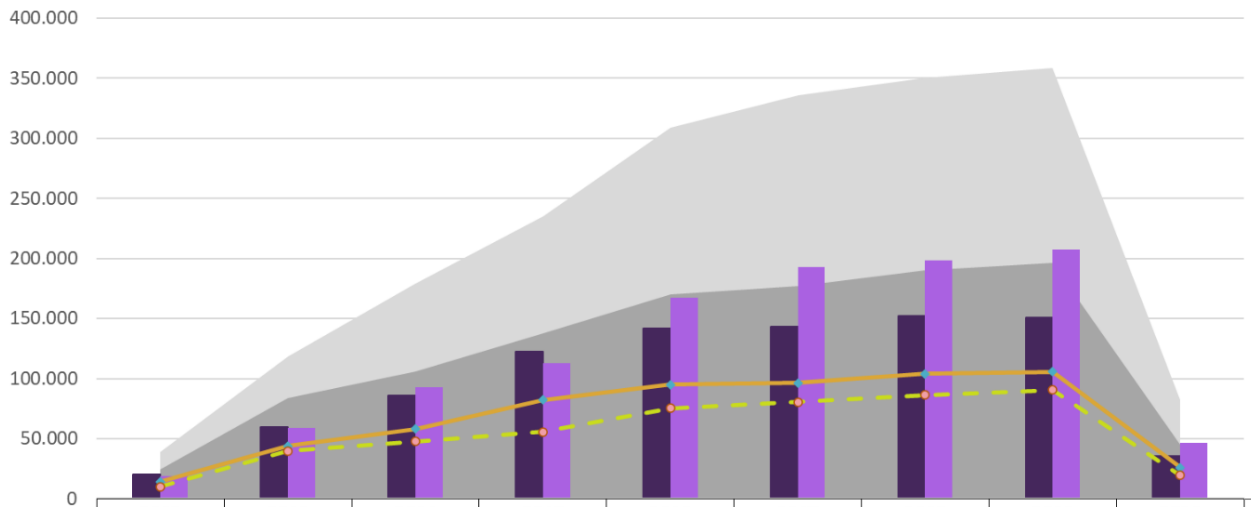
Segundo dados do Movimento Judiciário, durante o ano de 2020 foram obtidos 25.906 acordos na fase pré-processual e 19.480 acordos na fase processual nos Cejuscs.

### Cejusc 2º Grau

| Processual | |
|---|---|
| **Item** | **Total** |
| Audiências designadas | 773 |
| Audiências realizadas | 453 |
| Conciliações obtidas | 96 |
| Valor Total dos Acordos | 23.550.991,87 |
| Pessoas atendidas | 2.397 |

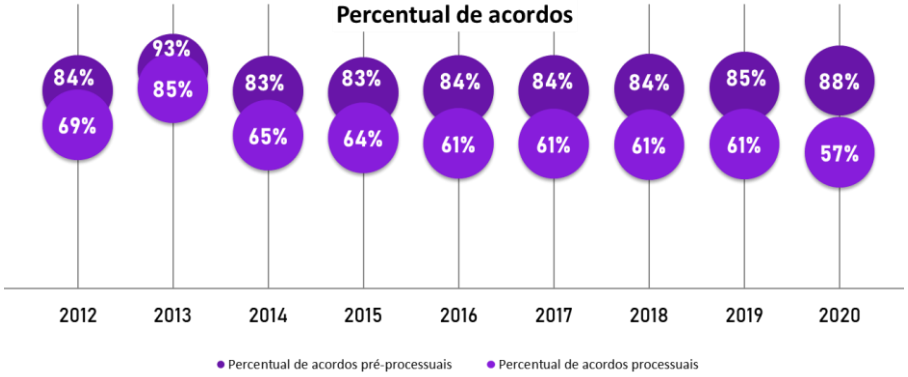


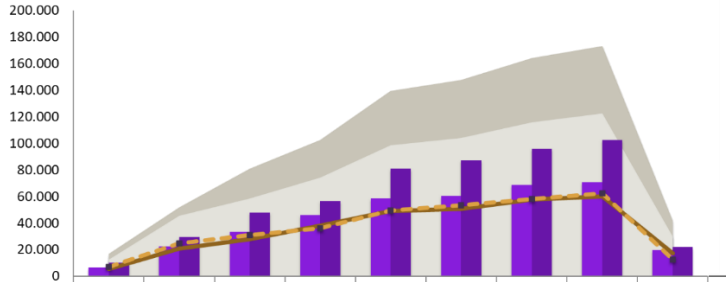

### Total (cível + família)




| | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Total sessões | 38.835 | 117.979 | 178.929 | 235.161 | 308.715 | 335.525 | 350.403 | 358.277 | 82.112 | **2.005.936** |
| Total acordos | 24.230 | 83.718 | 106.054 | 137.854 | 170.226 | 176.739 | 190.242 | 196.061 | 45.386 | **1.130.510** |
| Sessões pré processuais realizadas | 20.203 | 59.312 | 86.104 | 122.287 | 141.552 | 142.939 | 152.119 | 150.934 | 35.624 | **911.074** |
| Sessões processuais realizadas | 18.632 | 58.667 | 92.825 | 112.874 | 167.163 | 192.586 | 198.284 | 207.343 | 46.488 | **624.843** |
| Acordos pré processuais | 14.181 | 43.832 | 58.188 | 82.140 | 94.923 | 96.227 | 103.896 | 105.550 | 25.906 | **1.094.862** |
| Acordos processuais | 10.049 | 39.886 | 47.866 | 55.714 | 75.303 | 80.512 | 86.346 | 90.511 | 19.480 | **505.667** |

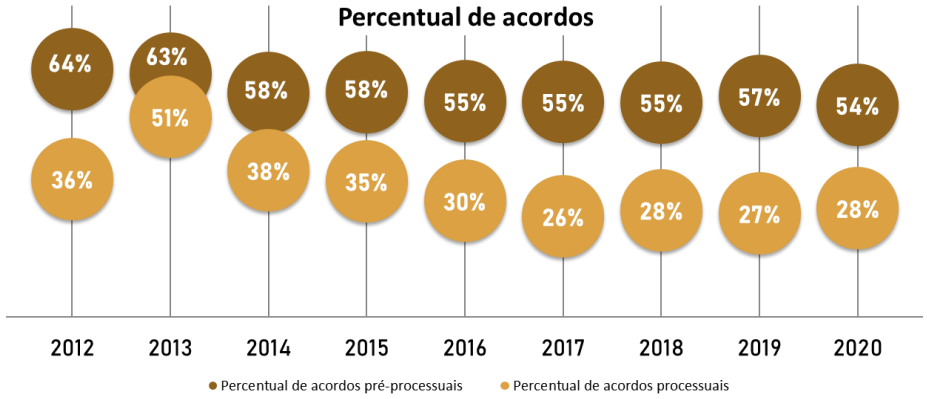
## Família

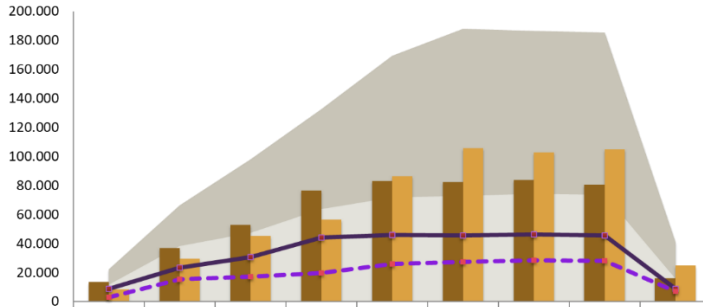



| | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Total sessões | 16.854 | 51.670 | 81.012 | 102.630 | 139.431 | 147.553 | 164.117 | 172.988 | 41.455 | **917.710** |
| Total acordos | 12.624 | 45.506 | 58.633 | 74.159 | 98.450 | 103.891 | 115.889 | 122.489 | 29.742 | **661.383** |
| Sessões pré processuais realizadas | 6.666 | 22.421 | 33.318 | 46.008 | 58.587 | 60.563 | 68.511 | 70.520 | 19.505 | **386.099** |
| Sessões processuais realizadas | 10.188 | 29.249 | 47.694 | 56.622 | 80.844 | 86.990 | 95.606 | 102.468 | 21.950 | **326.691** |
| Acordos pré processuais | 5.573 | 20.760 | 27.780 | 38.077 | 48.946 | 50.698 | 57.797 | 59.929 | 17.131 | **531.611** |
| Acordos processuais | 7.051 | 24.746 | 30.853 | 36.082 | 49.504 | 53.193 | 58.092 | 62.560 | 12.611 | **334.692** |

## Cível




| | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Total sessões | 21.981 | 66.309 | 97.917 | 132.531 | 169.284 | 187.972 | 186.286 | 185.289 | 40.657 | **1.088.226** |
| Total acordos | 11.606 | 38.212 | 47.421 | 63.695 | 71.776 | 72.848 | 74.353 | 73.572 | 15.644 | **469.127** |
| Sessões pré processuais realizadas | 13.537 | 36.891 | 52.786 | 76.279 | 82.965 | 82.376 | 83.608 | 80.414 | 16.119 | **524.975** |
| Sessões processuais realizadas | 8.444 | 29.418 | 45.131 | 56.252 | 86.319 | 105.596 | 102.678 | 104.875 | 24.538 | **298.152** |
| Acordos pré processuais | 8.608 | 23.072 | 30.408 | 44.063 | 45.977 | 45.529 | 46.099 | 45.621 | 8.775 | **563.251** |
| Acordos processuais | 2.998 | 15.140 | 17.013 | 19.632 | 25.799 | 27.319 | 28.254 | 27.951 | 6.869 | **170.975** |

# Cejuscs e postos instalados em 2020

| Cejuscs | | |
|---|---|---|
| **Comarca** | **Data** | **Juiz(a) Coordenador(a) (instalação)** |
| Estrela d´Oeste | 14/12 | Mateus Lucatto de Campos |
| Itirapina | 18/12 | Leonardo Christiano Melo |

| Postos | | |
|---|---|---|
| **Comarca / Posto** | **Data** | **Juiz(a) Coordenador(a) (instalação)** |
| Santa Isabel - Igaratá | 13/3 | Claudia Vilibor Breda |
| Atibaia – Polícia Militar | 19/3 | Rogério A. Correia Dias |

**Estrela d´Oeste**

**Itirapina**

**Santa Isabel - Igaratá**

**Atibaia – Polícia Militar**

# Programa Empresa Amiga da Justiça • 5 anos

**Desde 2015 o Tribunal de Justiça de São Paulo conta com o "Programa Empresa Amiga da Justiça e Parceiro Institucional do Programa Empresa Amiga da Justiça", que incentiva a utilização de métodos consensuais de solução de conflitos, como mediação e conciliação, entre as empresas e seus clientes ou usuários.**

**O objetivo da iniciativa é fomentar a cultura da pacificação social, principalmente no que se refere às demandas consumeristas envolvendo grandes litigantes do setor privado, evitando a excessiva judicialização e melhorando a relação da empresa com o consumidor.**

As empresas que fazem parte do Programa Empresa Amiga da Justiça realizaram **1.228.907** acordos (extrajudiciais, pré-processuais e processuais) em 2020. Destes, **15.944** são acordos que encerraram processos em tramitação.

**37** Empresas Amigas da Justiça

**7** Parceiros Institucionais do Programa

## Programa Município Amigo da Justiça

O Programa visa difundir a política de mediação e conciliação junto aos prefeitos e procuradorias municipais, em especial a priorização de métodos extrajudiciais para cobrança de dívidas municipais e suporte ao Cejusc do Município.

Em 2020 o Programa foi aperfeiçoado com a nova regulamentação disciplinada pela Portaria nº 9.877/2020. Atualmente há 19 Municípios participantes.

MUNICÍPIO AMIGO DA JUSTIÇA

## Convênio Imesc

Em 2019, o Tribunal de Justiça e o Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo (Imesc) firmaram convênio com o objetivo de esclarecer casos de investigação de paternidade em procedimentos pré-processuais nos Cejuscs instalados, evitando-se assim a distribuição de ações judiciais.

Esse convênio possibilita promover o reconhecimento da paternidade, aproximando crianças e adolescentes de seus pais, de modo a evitar eventuais transtornos que o reconhecimento tardio pode ocasionar, bem como propiciar a melhoria das relações pessoais entre os envolvidos com o estabelecimento de vínculos de afetividade além de vínculos genéticos.

| Cejuscs que formalizaram o convênio | |
|---|---|
| • Barra Bonita | • Ribeirão Preto |
| • Catanduva | • Santa Isabel |
| • Itu | • Santa Isabel (Igaratá) |
| • Louveira | • Santana de Parnaíba |

## Oficinas de Divórcio e Parentalidade

A Oficina de Divórcio e Parentalidade é um programa previsto na Recomendação n. 50/2014 e no Regulamento das Ações de Capacitação e do Banco de Dados da Política de Tratamento Adequado de Conflitos, com vigência em 29 de maio de 2020, ambos editados pelo Conselho Nacional de Justiça.

O Nupemec com a colaboração dos Cejuscs de São Vicente e do Foro Regional Santana, disponibilizou a regulamentação e os materiais de apoio aos Gestores de Cejuscs e aos Expositores para a realização *online* das Oficinas de Divórcio e Parentalidade, preservando a privacidade dos participantes.

A modalidade *online* proporcionará no ano de 2021 a continuidade do trabalho de Cidadania em apoio às famílias, especialmente em momento em que as atividades presenciais ainda não foram retomadas em razão da pandemia.

# Conciliadores e Mediadores

## Conciliadores e Mediadores em atividade

Em 2020 atuaram **2.922** conciliadores e mediadores nos **233** Cejuscs instalados no Estado em Primeira Instância e **83** conciliadores e mediadores no Cejusc de Segunda Instância.

## Avaliação dos Conciliadores e Mediadores

O Nupemec disponibilizou no *site* do TJSP o formulário para avaliação *online* dos mediadores e conciliadores a ser preenchido pelas partes. Números relativos ao segundo semestre de 2020:
**Sessões avaliadas: 2.064**
**Conciliadores e Mediadores avaliados: 352**
**Avaliação média: 4,93** (a nota máxima é 5)
**Satisfação com a sessão: 82,51%**

# Capacitação

Foram expedidos 135 certificados para alunos de edições anteriores que concluíram seus estágios, em sua maioria, edições que aconteceram no decorrer do ano de 2019.

O Nupemec realizou diversas reuniões tanto com Instrutores em Mediação Judicial quanto com os alunos participantes de edições anteriores que estavam com seus estágios em andamento, bem como com os alunos das duas edições do curso de Mediação Judicial ofertado pelo Ceajud-CNJ pela plataforma Moodle, fornecendo orientações sobre a continuidade das atividades em ambiente virtual.

Para a realização do curso, o gestor do Cejusc entra em contato com o Nupemec para receber orientações quanto aos requisitos necessários e obter a indicação de instrutores para ministrá-lo. Após, o Nupemec realiza reunião pré-curso com os instrutores a cada edição do curso.

Para a consecução dessas atividades em ambiente virtual, o Nupemec emitiu tutoriais acerca dos procedimentos a serem adotados tanto pelos Gestores dos Cejuscs ao recepcionarem os pedidos dos alunos para participação nas sessões, quanto pelos alunos, sobretudo com relação ao comportamento desses nas salas virtuais. Tais orientações objetivaram a consecução do processo formativo especificado pela Resolução CNJ n. 125/2010.

## ConciliaJud

O Regulamento das Ações de Capacitação e do Banco de Dados da Política de Tratamento Adequado de Conflitos do Conselho Nacional de Justiça – CNJ foi editado com vigência em 29 de maio de 2020, unificando os dados dos profissionais que estavam com cadastro aprovado no CIJUC, no CEODP e no CCMJ. Isso significa que foram migrados os dados gerais do profissional e o tipo de ação em que possui habilitação para atuar no âmbito judicial. O cadastro unificado é o ConciliaJud que passou à ingerência de cada Tribunal.

| ConciliaJud – Nupemec-SP | |
|---|---|
| Instrutores em Mediação Judicial e Conciliação | 76 |
| Expositores das Oficinas de Divórcio e Parentalidade (até 2018) | 268 |
| Expositores das Oficinas de Divórcio e Parentalidade (a partir 2019) | 282 |
| Edições do Curso de Mediação Judicial em andamento | 5 |
| Total de alunos das edições Mediação Judicial – módulo prático | 80 |

O Nupemec-SP concluiu durante o ano de 2020 a inserção de todos os dados relativos aos Instrutores em Mediação Judicial e Conciliação, dos Expositores das Oficinas de Divórcio e Parentalidade e dos cursos de Mediação Judicial e Formação de Expositores da Oficinas de Divórcio e Parentalidade, que estavam em andamento.

### Câmaras Privadas

53 Câmaras Privadas de Mediação e Conciliação estão cadastradas no Nupemec.

### Instituições Formadoras

O Nupemec possui 50 escolas habilitadas a oferecer o curso de formação de mediadores/conciliadores judiciais nos termos da Resolução 125/2020.

O Núcleo realizou reuniões e divulgou aos representantes das escolas orientações específicas sobre a possibilidade da continuidade dos cursos de formação de mediadores e conciliadores na modalidade EAD, inclusive com a parte prática realizada em sessões virtuais nos Cejuscs do Estado.

# EVENTOS

## X Fonamec

Realizamos, em parceria com a Escola Paulista da Magistratura, a 10ª edição do Fórum Nacional da Mediação e Conciliação, realizada pela primeira vez por teleconferência, com a presença de representantes dos Nupemecs de todos os Tribunais de Justiça, Ministros do STJ e Conselheiros do CNJ.

## XV Semana Nacional da Conciliação

Entre 30 de novembro e 4 de dezembro foi realizada em todos os Cejuscs do Estado a "Semana Nacional da Conciliação", evento coordenado pelo CNJ.

## II Focomesp

O Fórum da Conciliação e Mediação de São Paulo é realizado em parceria com a Associação Paulista de Magistrados (Apamagis) e com a Escola Paulista da Magistratura (EPM)

O Fórum é composto pelos magistrados coordenadores e adjuntos dos Cejuscs do Estado de São Paulo, objetivando a aproximação de todos os Cejuscs, permitindo a troca de experiências entre os participantes.

O próximo Focomesp será realizado em 2021, na cidade de Bauru.

Outras informações:
*https://apamagis.com.br/institucional/focomesp/*

### Gestão (2021-2022)

No Focomesp foi eleita a gestão (2021-2022), composição:

Presidente: **Juiz RICARDO PEREIRA JUNIOR**
1º Vice-Presidente: **Desembargador JOSÉ ROBERTO COUTINHO DE ARRUDA**
2º Vice-Presidente: **Desembargador TASSO DUARTE DE MELLO**
Secretária: **Juíza ANA CARLA CRISCIONE DOS SANTOS**

### Coordenadorias Regionais (2021-2022)

Juízes designados para as Coordenadorias Regionais dos Cejuscs, conforme artigo 12 do Regimento do Focomesp:

1ª RAJ – **Juíza BARBARA CAROLA HINDERBERGER CARDOSO DE ALMEIDA** (Embu das Artes)
2ª RAJ – **Juiz FERNANDO ANTONIO DE LIMA** (Jales)
3ª RAJ – **Juiz JAIR ANTONIO PENA JÚNIOR** (Avaré)
4ª RAJ – **Juiz ROGÉRIO APARECIDO CORREIA DIAS (**Atibaia)
5ª RAJ – **Juiz MARCELO LUIZ LEANO** (Junqueirópolis)
6ª RAJ – **Juíza ANA PAULA COMINI SINATURA ASTURIANO** (Américo Brasiliense)
7ª RAJ – **Juíza VANESSA AUFIERO DA ROCHA** (São Vicente)
8ª RAJ – **Juiz JOSÉ ROBERTO LOPES FERNANDES** (Catanduva)
9ª RAJ – **Juiz JORGE ALBERTO PASSOS RODRIGUES** (Taubaté)
10ª RAJ – **Juiz FABIO LUIS CASTALDELLO** (Indaiatuba)

## Planejamento estratégico 2015-2020

O objetivo estratégico 14 do TJSP teve como meta elevar em 10% o índice de sucesso nas audiências nas fases pré-processual e processual até 31/dez/2020.

## Planejamento estratégico 2021- 2026

A política pública de tratamento consensual de conflitos possui posição de destaque na Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 (Resolução CNJ n. 325/2020), a começar pela visão estratégica do Poder Judiciário que valoriza a pacificação social. O trabalho do Nupemec e dos Cejuscs também repercute nos seguintes macrodesafios:

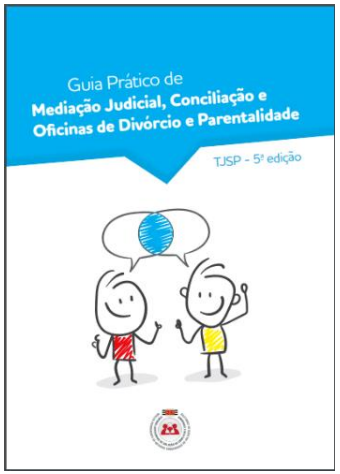
### Prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais para os conflitos

Este macrodesafio coincide integralmente com o objeto de atuação dos Cejuscs e constitui o objetivo 14 do Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Para a sua execução, o CNJ definiu os seguintes indicadores:

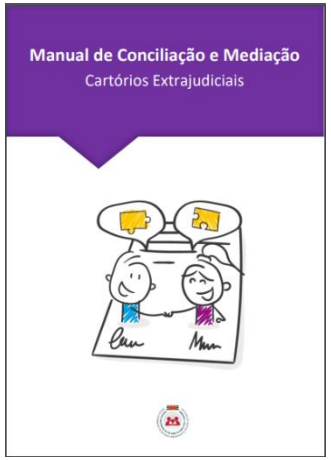
- Índice de conciliação;
  - Meta 3 do CNJ – "Aumentar o indicador índice de conciliação do Justiça em Números em 2 pontos percentuais em relação ao ano anterior" (atualmente em 7,6%);
- Índice de realização de audiências nos Cejuscs (audiências realizadas nos Cejuscs em relação aos casos novos);
- Índice de casos remetidos para câmara privada de conciliação/mediação;
- IC334 - índice de realização de audiências do artigo 334 do CPC.

| Garantia dos direitos fundamentais | Fortalecimento da relação institucional do poder judiciário com a sociedade | Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional |
|---|---|---|
| Os Cejuscs e o Nupemec atuam na inclusão e facilidade de acesso de todos ao Judiciário, fornecendo um rito para solução de conflitos célere, acolhedor, eficaz e empoderador, o que atende o macrodesafio primordial do Judiciário. | A aproximação com a comunidade é um dos pilares dos Cejuscs, por meio do desenvolvimento de diversos projetos pelo Nupemec, dentre eles o das oficinas de divórcio e parentalidade. | A atuação dos Cejuscs e o Nupemec nas atividades de conciliação e mediação representam um forte ganho de produtividade, considerando que os índices de acordo nos processos encaminhados ao Cejusc variam entre 30% (cível) a 80% (família).<br><br>O Nupemec tem auxiliado o Tribunal e principalmente as esferas do Executivo na redução das demandas de execuções fiscais, tema crítico da eficiência judicial, via programas como o "Município Amigo da Justiça" e a realização de mutirões de conciliação. |

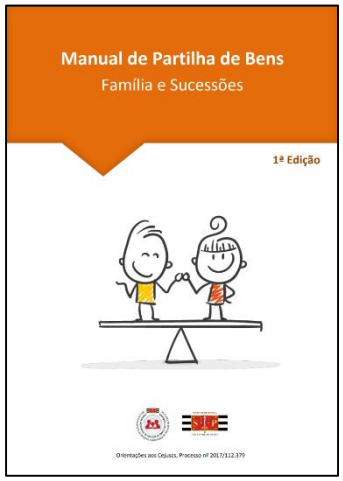
# Manuais




O Guia Prático de Mediação Judicial e Conciliação é o primeiro manual publicado pelo Nupemec. Nesta 5ª edição foi incluído um capítulo para as Oficinas de Divórcio e Parentalidade.
O Guia está disponível para *download* no site do Nupemec:
https://www.tjsp.jus.br/Conciliacao




Considerando que o Provimento CG n. 42/2018, publicado no DJE de 23/01/2019, regulamentou os procedimentos de mediação e conciliação em delegações de Notas e de Registro, o Nupemec disponibiliza o Manual de Conciliação e Mediação Extrajudicial.
O Manual está disponível para *download* no site do Nupemec:
https://www.tjsp.jus.br/Conciliacao




Tendo em vista que o Parecer CGJ n. 327/2019-J (Processo n. 2017/00112379) autorizou a instauração de procedimentos pré-processuais nos Cejuscs envolvendo partilha de bens, o Nupemec disponibiliza o Manual de Partilha de Bens.
O Manual está disponível para *download* no site do Nupemec:
https://www.tjsp.jus.br/Conciliacao

**Coordenação**
Desembargador José Carlos Ferreira Alves

**Diretora do Nupemec 1**
Maria Cristina Coluna Fraguas Leal

**Equipe**

Alysson Ricardo de Lima Miguel
Andrea Esteves dos Santos
Daniela Vieira Baialardy
Fabiana dos Santos Romero
Maria Auxiliadora Lima Serafim
Maria Helena de Almeida Gonçalves Sanches
Rodrigo Cardoso dos Santos
Rosália Zeitune D'Aprile
Samir Ricardo Plioplis
Sandra Regina Esteves Suzuki
Sueleni Pereira Valerio Chung
Vanderli de Oliveira Reis Motta
Vitor Castillo de Lima
Yolanda Cristina Siqueira

**2021**
**Nupemec**
Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e Cidadania do TJSP
Fórum João Mendes Junior, 13º andar – salas 1301/1311
(11) 2171-4843/4817/6476/6616
www.tjsp.jus.br/conciliação
conciliar@tjsp.jus.br

**Diagramação**
Secretaria da Presidência (SPr) - Diretoria de Comunicação Social